

## **TERMO DE REFERÊNCIA “CASA REDONDA” E ÁREA DE APOIO NÁUTICO NO RIO BONITO**

### **1. INTRODUÇÃO**

Este Termo de Referência (TR) visa tem como objetivo a concessão não onerosa de direito real de uso do imóvel conhecido como “Casa Redonda” e área de apoio náutico adjacente no complexo do Rio Bonito.

O objetivo principal é fomentar o desenvolvimento turístico da região através da oferta de lazer aquático seguro e qualificado, utilizando a Casa Redonda como base operacional para a locação de equipamentos como caiaques e Stand Up Paddles (SUPs), e comercialização de bebidas e snacks.

Constitui objeto da presente concessão o direito real de uso, a título não oneroso, do imóvel conhecido como “Casa Redonda” (195,04 m<sup>2</sup>) e a área de apoio náutico adjacente, compreendendo:

- Casa Redonda: Edificação de 195,04 m<sup>2</sup> a ser utilizada como base operacional, ponto de venda de bebidas/snacks, e área de apoio aos usuários (vestiários, sanitários).
- Área de Apoio Náutico: Espaço externo delimitado para armazenamento de equipamentos, área de instrução;
- Acesso ao Corpo D'água: para a prática das atividades náuticas.
- O Lote fica localizado no bairro Rio Bonito, Botucatu/SP, e ao lado do lote identificado sob nº 08.0001.0001, lote de esquina confrontando com a Rua Sr. Bernardo Augusto. Rodrigues da Silva e a Estrada Municipal Gentil Lourenção, conforme croqui de identificação anexo.

### **2. JUSTIFICATIVA**

A atual gestão do bem público denominado "Casa Redonda" tem sido administrada pela Associação de Moradores do Rio Bonito. Em detrimento de uma concessão em outra área para os moradores, o imóvel Casa Redonda, irá compor o conjunto das ações de desenvolvimento turístico que a Prefeitura de Botucatu está promovendo, por meio da Secretaria de Turismo. O modelo

presente permite que concessionário possa dar toda manutenção necessária ao espaço sem o custo de operação, agregando valor a municipalidade

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A Administração avaliou diferentes modelos de gestão, incluindo a execução direta e a permissão de uso. A gestão direta mostrou-se inviável devido ao alto risco operacional e à baixa eficiência administrativa na exploração comercial. Já a permissão de uso foi considerada insuficiente por sua natureza precária, o que desestimula investimentos vultosos por parte do particular.

A **Concessão de Direito Real de Uso** revelou-se a alternativa mais adequada. Este modelo oferece a segurança jurídica necessária para que o concessionário assuma encargos de reforma e manutenção em troca da exploração comercial por um prazo de até 15 anos. A solução apresenta a melhor relação custo-benefício, pois transfere os riscos operacionais ao particular enquanto mantém a propriedade vinculada ao interesse público.

A alternativa escolhida apresenta **melhor relação custo-benefício**, com adequada alocação de riscos e maior potencial de geração de valor público.

A solução selecionada consiste na delegação da gestão da Casa Redonda à iniciativa privada, mediante prévio processo licitatório, utilizando o regime de concessão de direito real de uso. Esta modelagem estabelece um prazo determinado de até 15 anos para a exploração do bem, tempo considerado suficiente para a amortização dos investimentos privados necessários à revitalização do espaço.

Toda a exploração comercial estará estritamente vinculada ao interesse público e às diretrizes turísticas do Município, garantindo que o local cumpra sua função social. A outorga será concedida de forma gratuita, uma decisão justificada pelo vulto dos encargos e investimentos que serão integralmente assumidos pelo concessionário, desonerando o tesouro municipal de despesas imediatas de reforma e manutenção.

A seleção do futuro concessionário ocorrerá mediante licitação na modalidade Concorrência. O julgamento será pautado pela Melhor Proposta Técnica, combinada com critérios objetivos de

investimento, garantindo que o vencedor possua capacidade técnica para operar o ativo e compromisso financeiro com a melhoria da infraestrutura. A natureza jurídica do vínculo será um contrato administrativo de concessão de uso, estabelecendo obrigações claras de desempenho e conservação.

A área de concessão deverá ser utilizada exclusivamente para as seguintes finalidades:

### **3.1 Atividades Náuticas (Foco Principal)**

- Locação de Equipamentos: Caiaques, Stand Up Paddles (SUPs), e outros equipamentos náuticos de lazer não motorizados.
- Instrução e Aulas: Oferta de aulas e instruções de segurança para a prática dos esportes.
- Passeios Guiados: Organização de passeios e atividades de lazer aquático.

### **3.2 Serviços de Apoio e Comercialização**

- Comercialização de Bebidas e Snacks: Venda de água, refrigerantes, sucos, lanches rápidos e snacks. É vedada a comercialização de bebidas alcoólicas.
- Venda de Produtos Náuticos: Comercialização de acessórios e equipamentos de segurança (coletes, protetor solar, etc.).

## **4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

Concessão de um (01) bem público denominado Casa Redonda, localizado no Rio Bonito.

## **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

Sem prejuízo das disposições normativas e das demais previstas nas Cláusulas deste Termo constituem encargos específicos da CONTRATANTE:

5.1 Realizar a coordenação geral dos serviços objeto deste CONTRATO, por intermédio de seu fiscal, e fornecer as informações, dadas as diretrizes solicitadas pela CONTRATADA;

5.2 Acompanhar e fiscalizar permanentemente a fiel execução dos serviços ora contratados;

- 5.3 Esclarecer prontamente as dúvidas que forem formalmente solicitadas pela CONTRATADA;
- 5.4 Acompanhar a execução dos trabalhos desde o início até a aceitação definitiva, verificando sua perfeita execução e o atendimento das especificações, bem como solucionar eventuais problemas surgidos.

## **6. OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO**

A Concessionária obriga-se a executar o objeto com estrita observância às normas técnicas e legais vigentes, assumindo as responsabilidades descritas nos subitens a seguir, consideradas essenciais para a salvaguarda dos usuários e o fomento do polo turístico local:

### **6.1. Da Segurança Náutica e Salvaguarda da Vida Humana**

- Conformidade Normativa: Cumprir, com absoluto rigor, as diretrizes da NORMAM-03/DPC (ou norma superveniente) da Autoridade Marítima (Marinha do Brasil), aplicáveis a embarcações de esporte e recreio em águas interiores.
- Protocolo de Proteção Individual: Tornar compulsório o uso de coletes salva-vidas (mínimo Classe III) para todos os usuários durante a utilização dos equipamentos náuticos, vedando o acesso ao espelho d'água sem o devido dispositivo de flutuação.
- Gerenciamento de Ativos de Segurança: Prover e manter estoque de equipamentos de segurança em quantidade compatível com o fluxo de atendimento, garantindo que todos os itens estejam em perfeitas condições de fluabilidade, sem avarias, mofo ou danos estruturais.
- Mitigação de Riscos Climáticos: Estabelecer protocolo de interrupção imediata das atividades náuticas em cenários de instabilidade meteorológica (ventos superiores ao limite técnico, tempestades ou descargas elétricas), priorizando a integridade física dos usuários.
- Capacitação e Instrução: Ministrar treinamento de segurança e orientações de manobra aos usuários previamente à locação, assegurando a plena compreensão dos limites de navegação e normas de conduta.
- Corpo Técnico: Manter, durante todo o período de operação, pessoal devidamente capacitado em primeiros socorros e técnicas de resgate aquático.

## **6.2. Da Manutenção, Conservação e Zeladoria do Patrimônio**

- **Integridade Predial:** Responsabilizar-se integralmente pelas manutenções preventivas e corretivas da edificação denominada "Casa Redonda", abrangendo a revisão periódica de sistemas elétricos, hidráulicos e sanitários, bem como a conservação da pintura e telhamento.
- **Manejo de Áreas Verdes:** Executar os serviços de jardinagem e roçada da área concedida e de seu entorno imediato, impedindo a degradação paisagística e a proliferação de pragas.
- **Aferição de Equipamentos:** Garantir que a frota náutica (caiaques, SUPs e afins) seja submetida a vistorias regulares, assegurando que apenas equipamentos em perfeitas condições operacionais sejam disponibilizados ao público.
- **Saneamento e Higiene:** Assegurar a limpeza contínua e a desinfecção das áreas internas e de apoio, mantendo o ambiente em condições ideais de asseio e saúde pública.

## **6.3. Do Desenvolvimento e Promoção Turística**

- **Indução de Fluxo:** Atuar como agente promotor do destino Botucatu, posicionando a Casa Redonda como um equipamento de referência para o lazer náutico e o turismo de experiência.
- **Articulação Institucional:** Colaborar ativamente com a Secretaria Municipal de Turismo em ações estratégicas, eventos do calendário oficial e campanhas de divulgação do potencial regional.
- **Atendimento ao Turista:** Atuar como ponto de apoio e disseminação de informações turísticas oficiais, auxiliando na orientação dos visitantes e na valorização dos atrativos do município.

## **7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas legalmente constituídas, que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste edital e comprovem capacidade técnica e econômico-financeira para a execução do objeto da concessão. Os interessados deverão apresentar documentação completa de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, conforme especificado .

## **8. DO PAGAMENTO**

A viabilidade da concessão da Casa Redonda está condicionada a um cronograma de aportes financeiros (por parte do concessionário) que assegurem a recuperação do imóvel e a excelência dos serviços prestados. Os investimentos devem ser estruturados em duas etapas complementares, visando a sustentabilidade do negócio ao longo de todo o período contratual.

A fase de implantação exigirá do concessionário a execução de intervenções prioritárias para a adequação da estrutura física, revertendo o atual quadro de subutilização e garantindo a segurança dos usuários. Além das reformas civis, o parceiro privado deverá providenciar o aporte de equipamentos modernos e mobiliário adequado à exploração comercial. É imperativo que todo o processo de regularização operacional seja concluído nesta etapa, abrangendo o licenciamento sanitário, ambiental e de segurança necessários para o funcionamento pleno do ativo público.

Para garantir a perenidade do patrimônio e a qualidade do atendimento, o modelo de gestão prevê custos recorrentes de manutenção preventiva e corretiva, evitando a depreciação do bem ao longo dos anos. A operação diária deverá ser custeada integralmente pelo particular, incluindo encargos com pessoal e insumos. Adicionalmente, caberá ao concessionário o investimento em estratégias de promoção turística, visando posicionar a Casa Redonda como um destino de relevância no Bairro do Rio Bonito e maximizar o fluxo de visitantes, o que é essencial para o retorno social e econômico esperado pela municipalidade.

## 9. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

9.1. A habilitação dos licitantes será verificada mediante a apresentação da seguinte documentação:

### HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2. **Para habilitação jurídica a LICITANTE**, individual ou, em caso de CONSÓRCIO, por cada uma das consorciadas, deverá apresentar:

9.2.1. **Ato constitutivo, estatuto ou CONTRATO social em vigor**, devidamente registrado, inclusive com a última alteração registrada no registro empresarial que consolidou as disposições do estatuto, CONTRATO social ou ato constitutivo. Caso o CONTRATO social não esteja consolidado, deve ser apresentado o último instrumento consolidado acompanhado das posteriores alterações.

9.2.2. No caso de sociedade por ações e sociedades limitadas, prova de eleição/nomeação dos administradores da LICITANTE em exercício, devidamente registrada no registro empresarial ou órgão competente.

9.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.4. Além dos documentos referidos acima, a LICITANTE deverá apresentar, os seguintes documentos, devidamente acompanhados da comprovação dos poderes de seus signatários:

9.2.4.1. Termo de constituição de CONSÓRCIO, a qual deverá manter a participação de cada CONSORCIADO, o qual contemplará, no mínimo, as seguintes informações:

- (i) Denominação do CONSÓRCIO;
- (ii) Qualificação das consorciadas;  
Organização e objetivos do CONSÓRCIO, a saber, a participação das empresas consorciadas na presente LICITAÇÃO ;
- (iii) Composição do CONSÓRCIO, com a indicação do percentual da participação de cada uma das consorciadas;
- (iv) Indicação da sociedade líder do CONSÓRCIO;
- (v) Compromisso de que as consorciadas responderão isolada e solidariamente por todas as exigências do instrumento convocatório e pelos atos praticados pelo CONSÓRCIO até a assinatura do CONTRATO;
- (vi) Prazo de vigência fixado; e
- (vii) Procuração outorgando à sociedade líder poderes expressos, irrevogáveis e irrevogáveis para figurar como única representante legal do CONSÓRCIO perante o AGENTE DE

CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO e o PODER CONCEDENTE, com plenos poderes para receber notificações, intimações e citações quanto aos assuntos relativos à LICITAÇÃO ou ao CONTRATO, bem como para concordar com condições, transigir, recorrer e desistir de recurso, comprometer-se a assinar, em nome do CONSÓRCIO, quaisquer papéis e documentos relacionados com o OBJETO da LICITAÇÃO.

9.2.4.2. Declaração da LICITANTE de que concorda com todos os termos e condições do presente EDITAL e dos seus ANEXOS, obtendo para si, sob sua própria responsabilidade, os riscos e ônus de todas as informações que possam ser relevantes e necessárias para a elaboração da proposta e adjudicação do serviço, se vencedora da LICITAÇÃO.

9.2.4.3. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

9.2.4.4. Declaração da LICITANTE, sob pena de desclassificação, que suas PROPOSTAS compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.2.4.4. Declaração da LICITANTE de que atendem aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2.4.6. No caso de CONSÓRCIO, as declarações exigidas no EDITAL poderão ser assinadas pela sociedade líder, em nome do CONSÓRCIO.

## **REGULARIDADE FISCAL, SOCIALE TRABALHISTA**

9.3. **Para comprovação de regularidade fiscal, sociale trabalhista** a LICITANTE, individual ou, em caso de CONSÓRCIO, por cada uma das consorciadas, deverá apresentar:

9.3.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** do Ministério da Fazenda - CNPJ;

9.3.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes** municipal e/ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, ou, em caso de CONSÓRCIO, ao domicílio ou sede de cada consorciada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o OBJETO contratual, ou declaração assinada pela LICITANTE de que a atividade desempenhada não torna exigível inscrição municipal;

9.3.3. Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social** e junto ao **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

9.3.4. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a **Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União**;



9.3.5. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual e Municipal** da sede da LICITANTE, por meio de certidões;

9.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho – CNDT** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (conforme artigo 68, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021).

9.3.7. Todas as certidões listadas acima deverão estar dentro do prazo de validade.

9.3.8. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, somente serão aceitas aquelas emitidas até 90 (noventa) dias antes da data de sua apresentação, salvo se outro prazo tiver sido especificado neste EDITAL.

9.3.9. Não serão aceitos comprovantes de SOLICITAÇÃO de certidões.

## **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.4 – Para comprovação da capacidade técnica a licitante deverá apresentar:

9.4.1 **DECLARAÇÃO** de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação. A não apresentação desta declaração será entendida como concordância com o teor do edital;

9.4.2 **CADASTUR**: Certificado de cadastro no Ministério do Turismo como prestador de serviços turísticos, garantindo que a empresa está formalmente inserida na cadeia produtiva do turismo nacional.

## **CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL**

9.4.3 Comprovação de capacidade técnico operacional da licitante ter executado, através de certidões ou atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, comprovando a aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente.

9.4.3.1 As certidões e/ou atestados deverão ser inerentes à atividades de gestão de espaços turísticos ou lazer náutico ou eventos de fluxo público ou demais compatíveis com o objeto desta concessão.

9.4.4 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.4.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.4.6 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.4.7 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.4.8 A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:**

9.5 – Para fins de qualificação econômico financeira a licitante deverá apresentar e comprovar:

9.5.1 **Balanco patrimonial, devidamente registrado**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

9.5.1.1 Juntamente com as demonstrações exigidas neste item a licitante deverá apresentar a cópia das folhas de abertura e encerramento dos livros, assinado por profissional-técnico legalmente habilitado.

9.5.1.2 Para as empresas que fazem sua escrituração através do SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil) poderão apresentar as demonstrações digitais.

9.5.1.3 É vedada a sua substituição das demonstrações exigidas por balancetes ou qualquer balanço(s) provisório(s).

9.5.2 A demonstração da aptidão econômica do licitante deverá ser comprovada de forma objetiva, nos termos do Art. 69, da Lei Federal nº. 14.133/21, ela será aferida, observando-se o resultado obtido da aplicação dos índices econômicos financeiros, a serem extraídos do balanço patrimonial de cada exercício, calculados com duas casas decimais:

9.5.3 Os índices exigidos para os 2 (dois) últimos exercícios sociais individualmente calculados, serão: Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), e deverão se apresentar superiores ou iguais a 1,00 (um), pela aplicação das seguintes fórmulas:

#### **LIQUIDEZ GERAL – superior ou igual a 1,00 (um)**

$$LG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante (ELP)}} \geq 1,00$$

#### **SOLVÊNCIA GERAL – superior a 1,00 (um)**

$$SG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo total}} \geq 1,00$$

Passivo circulante + passivo não circulante (ELP)

**LIQUIDEZ CORRENTE– superior a 1,00 (um)**

LC =  $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$

Passivo Circulante

9.5.4 Os índices econômicos financeiros, serão calculados e/ou conferidos pelo contador do órgão, designado como apoio à licitação.

9.5.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.5.6 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.5.7 A licitante deverá apresentar **Certidão negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

## 10. DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A PROPOSTA

Os interessados deverão apresentar um Plano de Operação Simplificado, contendo:

- Conceito do Negócio: Descrição da proposta de valor e público-alvo.
- Plano de Investimentos: Detalhamento dos equipamentos náuticos a serem adquiridos (mínimo de 10 caiaques e 10 SUPs) e valor total do investimento.
- Plano de Segurança: Detalhamento das medidas de segurança náutica a serem adotadas.
- Plano de Promoção Turística: Detalhamento das ações de marketing para atrair visitantes e promover Botucatu como destino de esportes náuticos
- Plano de Manutenção: Descrição das rotinas de manutenção da Casa Redonda e da área de apoio.
- Cronograma de Implantação: Prazo máximo de 60 dias para início das operações.

## **11. CRITÉRIOS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO**

A fiscalização da Secretaria Municipal de Turismo utilizará o Índice de Desempenho da Concessão (IDC), composto pelos indicadores abaixo, monitorados mensalmente e consolidados em vistorias semestrais.

### **11.1. Estado de Conservação do Imóvel (ECI)**

O índice de fiscalização de (1 = crítico, 3 = regular, 5 = adequado) será obtido por meio de um checklist de inspeção visual. Aplicando-se os respectivos pesos::

- **Sistemas Hidráulico e Elétrico (Peso 40%):** Ausência de vazamentos, fiação exposta ou interrupção de fornecimento por falha interna.
- **Integridade Estrutural e Pintura (Peso 30%):** Paredes sem infiltrações, mofo visível ou descascamento superior a 5% da área total das faces.
- **Áreas Comuns e Banheiros (Peso 30%):** Higienização diária comprovada, presença constante de insumos (papel, sabão) e integridade de louças e metais.

O índice de fiscalização dos itens “Integridade Estrutural e Pintura” e “Áreas Comuns e Banheiros” não poderá ser superior à menor nota obtida no item 'Sistemas Hidráulico e Elétrico', dada sua essencialidade

**Nota Final do indicador** - A nota final do indicador se dará pela multiplicação do índice de fiscalização por 6 e atingirá o máximo de **30 pts**,

**Regra de Bloqueio:** A identificação de risco iminente à segurança dos usuários (ex: fiação derretida ou risco de desabamento) atribui automaticamente Nota 1 ao indicador, independentemente dos demais itens.

### **11.2. Tempo de Resposta e Manutenção (TEM)**

O prazo é contado a partir da emissão da notificação pela fiscalização ou registro em Livro de Ocorrências:

- Manutenções de Emergência (Prioridade Alta): Problemas que impossibilitem o uso do bem ou ofereçam risco (ex: falta de água, queda de energia, quebra de guarda-corpo).
  - *Métrica:* Prazo de 24 horas para início do reparo e sinalização da área.
- Manutenções Corretivas/Estéticas (Prioridade Média): Problemas que não interrompem a operação (ex: lâmpada queimada em área externa, vidro trincado, pintura desgastada).
  - *Métrica:* Prazo de 15 dias corridos para conclusão definitiva.

**Nota Final do Indicador** - Atendimento de 100% das ocorrências no prazo = **20 pts.**

Pelo descumprimento dos prazos será descontado de 5 pts por cada emergência atrasada e 2 pts por corretiva atrasada

### **11.3. Investimento em Melhorias e Modernização (IMM)**

Diferencia-se da manutenção comum por agregar valor ou novas funcionalidades ao imóvel (Ex: instalação de acessibilidade, novos decks, sistema de energia solar).

- Comprovação: Apresentação anual de Relatório de Investimentos acompanhado de Notas Fiscais de serviços e materiais.
- Métrica: O valor total investido deve ser de no mínimo 2% do faturamento bruto anual declarado.
- Glosa: Gastos com materiais de limpeza ou reparos de rotina (ex: troca de lâmpadas) não contabilizam como investimento para este índice.
- **Nota Final do Indicador** – Cumprimento da Meta de Investimentos estipulada no Plano de Negócios = **20 pts.**  
O não atendimento zera a nota deste indicador.

#### 11.4. Regularidade Operacional e Fiscal (ROF)

Aferição da saúde jurídica e operacional da concessionária:

- Pontualidade Fiscal: Entrega mensal, até o 10º dia útil, das CNDs (Municipal, Estadual, Federal, FGTS e Trabalhista).
- Encargos de Consumo: Apresentação de quitação das faturas de água e energia do mês anterior.
- Segurança Náutica: Cópia do registro de manutenção mensal dos coletes salva-vidas e equipamentos (caiaques/SUP), atestando ausência de furos, fitas rasgadas ou fechos quebrados.
- **Nota Final do Indicador** - Atendimento de 100% das ocorrências no prazo = **15 pts.**
- Pelo descumprimento da Pontualidade Fiscal e do Encargos de Consumo será descontado de 2 pts por cada item descumprido.
- Pelo descumprimento da Segurança Náutica, a não apresentação do registro ou a constatação de equipamentos inaptos (furos, fechos quebrados) configura infração gravíssima, **gerando nota zero neste indicador** e interdição cautelar imediata da locação dos equipamentos até a regularização.

#### 11.5. Geração de Emprego e Impacto Social (GEIS)

- Métrica: Manutenção do quadro mínimo de funcionários (conforme proposta técnica), comprovada via relação do eSocial/CAGED.
- Meta: 100% de ocupação das vagas previstas, com tolerância de 30 dias para reposição em caso de desligamento.

**Nota Final do Indicador** - 100% de ocupação das vagas previstas na proposta de Plano de Negócios = **15 pts.**

Em caso de desligamento, concede-se o prazo máximo e improrrogável de 30 dias corridos para reposição. A vacância de qualquer posto por prazo superior incidirá em perda proporcional de pontos por funcionário faltante

#### 11.6. META PARA APROVAÇÃO.

A concessionária deverá atingi o mínimo de 70 pontos. Desempenho abaixo desta meta acarretará penalidades contratuais.

## **12. DO SISTEMA DE PUNIÇÕES E PENALIDADES**

O sistema de punições e penalidades tem por objetivo assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, corrigir desvios de conduta e garantir a adequada prestação dos serviços objeto da concessão. As penalidades serão aplicadas de forma proporcional à gravidade da infração, respeitando os princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade e ampla defesa, conforme estabelecido na legislação administrativa brasileira [1].

### **12.1. CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES**

As infrações às obrigações contratuais são classificadas em três categorias, conforme sua gravidade e impacto sobre o interesse público, a prestação dos serviços e a preservação do patrimônio público.

**12.1.1. Infrações Leves:** Consideram-se infrações leves aquelas que não comprometem significativamente a prestação dos serviços, a segurança dos usuários ou a integridade do patrimônio público, mas representam descumprimento de obrigações contratuais de menor impacto. São exemplos de infrações leves:

**Atrasos Operacionais:** Atraso na abertura ou fechamento do estabelecimento por período inferior a 30 (trinta) minutos, desde que não seja reincidente e não prejudique significativamente o atendimento aos usuários.

**Deficiências Menores de Limpeza:** Manutenção inadequada da limpeza em áreas específicas que não comprometam a higiene geral do estabelecimento ou a segurança alimentar, identificadas durante fiscalização de rotina.

**Atrasos na apresentação de documentos:** Atraso na apresentação de relatórios, certidões ou documentos exigidos pelo poder concedente, por período não superior a 10 (dez) dias úteis após o prazo estabelecido.

**Falhas Menores na Sinalização:** Ausência ou inadequação de placas informativas, cardápios ou sinalizações internas que não comprometam a segurança ou a informação essencial aos usuários.

**Irregularidades na Divulgação:** Falhas na divulgação de eventos ou atividades programadas, desde que não resultem em cancelamento ou prejuízo significativo aos usuários.

**Instrumento de Medição de Resultados:** Não atingir a meta para aprovação do IMR, por até 2 meses consecutivos.

**12.1.2. Infrações Médias:** Consideram-se infrações médias aquelas que comprometem parcialmente a qualidade dos serviços, representam risco moderado à segurança ou causam danos irreversíveis ao patrimônio público. São exemplos de infrações médias:

**Funcionamento Irregular:** Funcionamento do estabelecimento fora dos horários estabelecidos por período superior a 30 (trinta) minutos ou fechamento não programado por período inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

**Deficiências na Manutenção:** Falhas na manutenção preventiva ou corretiva que comprometam o funcionamento adequado de equipamentos ou instalações, sem representar risco imediato à segurança.

**Atraso no Pagamento de Contas:** Atraso no pagamento de contas de consumo (água, energia, telefone) por período superior a 30 (trinta) dias e inferior a 60 (sessenta) dias.



**Atendimento Deficiente:** Prestação de atendimento inadequado aos usuários, identificada através de reclamações fundamentadas ou pesquisas de satisfação com resultados abaixo dos padrões estabelecidos.

**Irregularidades na Documentação:** Apresentação de documentos incompletos, desatualizados ou com informações incorretas, que prejudiquem a fiscalização ou o controle da concessão.

**Instrumento de Medição de Resultados:** Não atingir a meta para aprovação do IMR, por um período de 3 a 5 meses consecutivos.

**12.1.3. Infrações Graves:** Consideram-se infrações graves aquelas que comprometem seriamente a prestação dos serviços, representam risco significativo à segurança dos usuários ou causam danos consideráveis ao patrimônio público. São exemplos de infrações graves:

**Paralisação dos Serviços:** Interrupção não autorizada do funcionamento do estabelecimento por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, salvo casos de força maior devidamente comprovados.

**Danos ao Patrimônio Público:** Causar danos materiais ao bem público por negligência, imperícia ou descumprimento de normas técnicas, que exijam reparos de valor significativo.

**Descumprimento de Normas de Segurança:** Funcionamento do estabelecimento em condições que comprometam a segurança dos usuários, funcionários ou do patrimônio público.

**Inadimplência Prolongada:** Atraso no pagamento de contas de consumo ou obrigações tributárias por período superior a 60 (sessenta) dias.

**Uso Inadequado do Bem Público:** Utilização do espaço para finalidades não previstas no contrato ou que contrariem o interesse público e a destinação turística do bem.

**Resistência à Fiscalização:** Impedir, dificultar ou embaraçar a ação dos fiscais, negar acesso às instalações ou prestar informações falsas durante as inspeções.

**Reincidência em Infrações Médias:** Cometimento de três ou mais infrações médias no período de 12 (doze) meses, demonstrando descaso sistemático com as obrigações contratuais.

**Instrumento de Medição de Resultados:** Não atingir a meta para aprovação do IMR, por um período superior a 6 meses consecutivos.

## **12.2. PENALIDADES APLICÁVEIS**

As penalidades serão aplicadas de forma gradual e proporcional, considerando a gravidade da infração, os antecedentes do concessionário, os danos causados ao interesse público e as circunstâncias específicas de cada caso.

**12.2.1. Advertência:** A advertência será aplicada para infrações leves de primeira ocorrência ou quando as circunstâncias do caso recomendarem medida educativa ao invés de sanção pecuniária. A advertência será formalizada por escrito, especificando a infração cometida, as medidas corretivas necessárias e o prazo para a regularização.

A advertência não impede a aplicação de penalidades mais severas em caso de reincidência ou agravamento da situação. O concessionário que receber três advertências no período de 12 (doze) meses estará sujeito à aplicação de penalidade mais severa na próxima infração.

**12.2.2. Multa:** A multa será aplicada conforme a gravidade da infração, observando os seguintes valores e critérios:

**Para Infrações Leves:** Multa de 0,1% a 0,5% do valor do faturamento bruto mensal do estabelecimento, com valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e máximo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

**Para Infrações Médias:** Multa de 0,5% a 2% do valor do faturamento bruto mensal do estabelecimento, com valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**Para Infrações Graves:** Multa de 2% a 5% do valor do faturamento bruto mensal do estabelecimento, com valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

O faturamento bruto mensal será apurado com base na média dos últimos 12 (doze) meses ou, no caso de concessionário com menos tempo de operação, na média do período de funcionamento. Considera-se faturamento bruto mensal, para fins de cálculo das multas previstas nesta cláusula, a receita bruta operacional auferida pela concessionária no mês imediatamente anterior ao da infração, excluídos os tributos incidentes sobre vendas (ICMS, ISS, PIS, COFINS), nos termos do art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77. A concessionária deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, declaração de faturamento acompanhada de documentos fiscais comprobatórios. A recusa ou omissão autoriza o poder concedente a aplicar o valor máximo da multa prevista para a respectiva categoria de infração

**12.2.3. Suspensão Temporária:** A suspensão temporária do direito de exploração poderá ser aplicada nos seguintes casos:

**Infrações Graves Reincidentes:** Quando o concessionário cometer a mesma infração grave por duas vezes no período de 24 (vinte e quatro) meses.

**Risco à Segurança:** Quando as condições de funcionamento representarem risco iminente à segurança dos usuários ou à integridade do patrimônio público.

**Descumprimento de Determinações:** Quando o concessionário deixar de cumprir determinações específicas do poder concedente no prazo estabelecido.

A suspensão temporária terá duração de 15 (quinze) a 90 (noventa) dias, durante os quais o concessionário ficará impedido de explorar comercialmente o espaço, mantendo-se, porém, as obrigações de manutenção e conservação do bem público.

**12.2.4. Intervenção:** A intervenção poderá ser decretada quando houver necessidade de assegurar a continuidade e adequação da prestação dos serviços ou a preservação do bem público. Durante o período de intervenção, a administração pública assumirá diretamente a gestão do espaço ou designará interventor para tal finalidade.

A intervenção não importa em extinção da concessão, devendo ser levantada quando cessarem os motivos que a determinaram. O concessionário responderá pelos prejuízos causados durante o período que motivou a intervenção.

A intervenção não excederá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável uma única vez por igual período mediante decisão fundamentada da autoridade competente. Expirado o prazo sem que cessem os motivos que a determinaram, o poder concedente instaurará processo de caducidade nos termos do art. 38 da Lei nº 8.987/1995

## **12.3 PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES**

**12.3.1. Processo Administrativo:** A aplicação de qualquer penalidade será precedida de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O processo será instaurado mediante portaria do Secretário Municipal de Turismo, designando comissão processante composta por três servidores públicos efetivos.

**12.3.2. Notificação e Defesa:** O concessionário será notificado da instauração do processo administrativo e da imputação da infração, tendo prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa escrita, acompanhada das provas que julgar necessárias.

A defesa deverá ser protocolada na Secretaria Municipal de Turismo, dirigida à comissão processante, e poderá incluir documentos, testemunhas e demais meios de prova admitidos em direito.

**12.3.3 Instrução e Julgamento:** Após o prazo para defesa, a comissão processante procederá à instrução do processo, podendo determinar a realização de diligências, oitiva de testemunhas, perícias técnicas e demais atos necessários ao esclarecimento dos fatos.

Concluída a instrução, a comissão elaborará relatório final com proposta de decisão, que será submetida ao Secretário Municipal de Turismo para julgamento definitivo.

**12.3.4 Decisão e Recursos:** A decisão será proferida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da instauração do processo, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa fundamentada.

Da decisão que aplicar penalidade caberá recurso hierárquico ao Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da notificação, com efeito suspensivo para multas e sem efeito suspensivo para demais penalidades.

## **12.4. COBRANÇA FINANCEIRA.**

**12.4.1. Possibilidades de Cobrança:** Além das multas previstas no sistema de penalidades, o poder concedente poderá exigir do concessionário o ressarcimento de valores nas seguintes situações:

**Reparação de Danos:** Quando o concessionário causar danos ao patrimônio público por ação ou omissão, deverá arcar com todos os custos de reparação, independentemente da aplicação de outras penalidades.

**Custos de Intervenção:** Durante o período de intervenção, todos os custos operacionais e administrativos serão de responsabilidade do concessionário, incluindo salários de interventor, despesas de manutenção e demais gastos necessários.

**Execução Subsidiária:** Quando o concessionário deixar de cumprir obrigações de fazer (manutenção, reparos, melhorias), o poder concedente poderá executá-las diretamente ou através de terceiros, cobrando os custos do concessionário.

**Lucros Cessantes:** Em caso de paralisação não autorizada dos serviços, o concessionário poderá ser responsabilizado pelos lucros cessantes e danos emergentes causados ao poder público e aos usuários.

## **12.5. EXTINÇÃO DA CONCESSÃO**

**12.5.1. Modalidades de Extinção:** A concessão poderá ser extinta nas seguintes modalidades:

**Término do Prazo:** Extinção natural ao final do prazo contratual, sem direito a indenização por benfeitorias realizadas.

**Rescisão por Descumprimento:** Rescisão unilateral por parte do poder concedente em caso de descumprimento grave das obrigações contratuais.

**Caducidade:** Declaração de caducidade em caso de infrações graves reincidentes ou situações que comprometam definitivamente a adequada prestação dos serviços.

**Rescisão Consensual:** Extinção por acordo entre as partes, mediante condições a serem negociadas.

**Renúncia:** Renúncia do concessionário ao direito de exploração, mediante comunicação formal com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

**Encampação:** Retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e indenização prévia dos investimentos reversíveis ainda não amortizados, nos termos do art. 37 da Lei nº 8.987/1995

**12.5.2. Hipóteses de Rescisão por Descumprimento:** A rescisão por descumprimento poderá ser declarada nas seguintes hipóteses:

- Paralisação dos serviços por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos sem justificativa aceita pelo poder concedente
- Transferência da concessão a terceiros sem autorização prévia
- Descumprimento reiterado de obrigações contratuais, caracterizado pelo cometimento de cinco ou mais infrações graves no período de 24 (vinte e quatro) meses
- Perda das condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação dos serviços
- Não cumprimento de penalidades aplicadas nos prazos estabelecidos
- Utilização do bem público para finalidades ilícitas ou contrárias ao interesse público

**12.5.3. Procedimento de Rescisão:** A rescisão da concessão será precedida de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O concessionário será notificado para, no prazo de 30 (trinta) dias, sanar as irregularidades apontadas ou apresentar justificativas.

Não havendo saneamento das irregularidades ou não sendo aceitas as justificativas apresentadas, será declarada a rescisão da concessão, com retomada imediata do bem público pela administração.

**12.5.4. Consequências da Rescisão:** Em caso de rescisão por descumprimento do concessionário:

- Perda do direito de exploração sem direito a indenização
- Execução da garantia contratual para cobertura de danos e prejuízos

- Responsabilização por danos causados ao patrimônio público
- Impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 3 (três) anos ou declarado inidôneo pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, conforme a gravidade, mediante processo administrativo específico com contraditório e ampla defesa.
- Obrigação de entregar o bem público nas condições estabelecidas no contrato

## **12.6. DISPOSIÇÕES ESPECIAIS SOBRE PENALIDADES**

**12.6.1. Critérios de Dosimetria:** Na aplicação das penalidades, serão considerados os seguintes critérios para dosimetria da sanção:

### **Circunstâncias Agravantes:**

- Reincidência em infrações da mesma natureza
- Dolo ou má-fé na conduta
- Danos significativos ao patrimônio público ou ao interesse coletivo
- Resistência ou embaraço à fiscalização
- Descumprimento de determinações anteriores

### **Circunstâncias Atenuantes:**

- Ausência de antecedentes infracionais
- Colaboração com a fiscalização
- Reparação espontânea de danos causados
- Adoção de medidas preventivas para evitar reincidência
- Situações de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas

**12.6.2. Prescrição:** A ação punitiva da administração prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.



**12.6.3. Independência das Sanções:** As penalidades administrativas são independentes das sanções penais, civis e tributárias, podendo ser aplicadas cumulativamente quando a infração configurar também ilícito de outra natureza.

### **13. ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO**

Devido ao uso da modalidade de concessão não onerosa, a prefeitura não terá valores envolvidos na contratação.

### **14. QUADRO DE VALORES UNITÁRIOS**

O mesmo se aplica ao quadro de valores unitários.

### **15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Verifica-se que este modelo de concessão possui adequação orçamentária pois responsabiliza o concessionário com os custos de manutenção e operação. O prazo estipulado em contrato (até 15 anos) permite que o concessionário recupere os investimentos realizados, sendo então, adequado tanto para o município, quanto para o concessionário.

### **16. SUSTENTABILIDADE**

Como o concessionário deverá adotar práticas sustentáveis em suas operações (gestão adequada de resíduos, economia de água e energia, uso de produtos biodegradáveis) acredita-se que essa concessão será favorável em termos de impacto ambiental devido às características de preservação, mas também social, pois irá gerar emprego, promover a qualidade de vida para a população, e também irá gerar impacto econômico por meio da movimentação turística local.

### **17. DISPOSIÇÕES FINAIS**

No que tange às disposições finais da concessão, estabelece-se que todas as benfeitorias de natureza fixa realizadas no imóvel serão incorporadas integralmente ao patrimônio municipal após o encerramento do período contratual. Para garantir a lisura do processo, a Secretaria de Turismo

atuará como órgão fiscalizador, monitorando rigorosamente o cumprimento de todas as obrigações pactuadas, com especial atenção aos protocolos de segurança náutica. Ressalta-se que qualquer inobservância às normas de segurança vigentes sujeitará o concessionário a penalidades gravosas, as quais podem culminar, inclusive, na rescisão imediata e unilateral do termo de concessão.

**Roberta Leme Sogayar**

Secretária Municipal de Turismo

## **ANEXO I.A**

### **RUBRICA DE AVALIAÇÃO TÉCNICA**

#### **CONCESSÃO NÃO ONEROSA - CASA REDONDA E ÁREA DE APOIO NÁUTICO RIO BONITO**

##### **1. INTRODUÇÃO**

Esta rubrica estabelece os critérios para a avaliação das propostas técnicas apresentadas no Chamamento Público para a concessão não onerosa da Casa Redonda e área de apoio náutico adjacente no Rio Bonito. O foco da avaliação é a segurança operacional, o potencial de desenvolvimento turístico e o compromisso com a manutenção da edificação.

##### **2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

- Pontuação Total: 100 pontos.
- Pontuação Mínima para Classificação: 70 pontos.
- Critério de Julgamento: Melhor Técnica.

##### **3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

###### **CRITÉRIO 1: PLANO DE SEGURANÇA NÁUTICA (40 pontos)**

Avalia a aderência da proposta às normas da Autoridade Marítima e a capacidade de garantir a segurança dos usuários.

<b>Subcritério</b>	<b>Pontuação</b>	<b>Descrição</b>
1.1 Aderência à NORMAM-03/DPC	15	Detalhamento das medidas de segurança em conformidade com a Marinha do

		Brasil (uso obrigatório de coletes, restrição de área, etc.).
1.2 Qualificação da Equipe de Resgate	15	Comprovação de treinamento em primeiros socorros e resgate aquático para a equipe operacional.
1.3 Plano de Contingência	10	Detalhamento de procedimentos em caso de emergências (acidentes, condições climáticas adversas, etc.).

## **CRITÉRIO 2: QUALIDADE E QUANTIDADE DOS EQUIPAMENTOS (30 pontos)**

Avalia o investimento em equipamentos náuticos e de segurança.

<b>Subcritério</b>	<b>Pontuação Máxima</b>	<b>Descrição</b>
2.1 Quantidade Mínima	15	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. De 01 a 05 caiaques e 01 a 05 SUP's em perfeito estado de conservação- 05 pontos</li> <li>b. De 06 a 10 caiaques e 06 a 10 SUP's em perfeito estado de conservação- 10 pontos</li> <li>c. 11 ou mais caiaques e SUP's em perfeito estado de conservação- 15 pontos</li> </ul>
2.2 Equipamentos de Segurança	15	<ul style="list-style-type: none"> <li>a. Qualidade e quantidade de coletes salva-vidas e outros itens de segurança (apitos, cabos, etc.) para atender 01 a 05 caiaques e 01 a 05 SUP's- 05 pontos.</li> <li>b. Qualidade e quantidade de coletes salva-vidas e outros itens de segurança (apitos, cabos, etc.) para atender de 06 a 10 caiaques e 06 a 10 SUP's- 10 pontos.</li> <li>c. Qualidade e quantidade de coletes salva-vidas e outros itens de segurança (apitos, cabos, etc.) para atender 11 ou mais caiaques e SUP's.</li> </ul>

### **CRITÉRIO 3: EXPERIÊNCIA E CAPACIDADE TÉCNICA (15 pontos)**

Avalia a experiência prévia do proponente em atividades similares.

<b>Subcritério</b>	<b>Pontuação Máxima</b>	<b>Descrição</b>
3.1 Experiência em Lazer Náutico	10	<p>a. Comprovação de experiência mínima de 01 a 05 anos em gestão de atividades náuticas ou de lazer aquático- 05 pontos.</p> <p>b. Comprovação de experiência mínima de 06 ou mais anos em gestão de atividades náuticas ou de lazer aquático- 10 pontos.</p>
3.2 Qualificação do Responsável Técnico	5	Formação ou certificação do responsável técnico em áreas como Turismo, Educação Física (esportes aquáticos) ou Segurança Náutica.

### **CRITÉRIO 4: PLANO DE PROMOÇÃO TURÍSTICA E MANUTENÇÃO DA CASA REDONDA (15 pontos)**

Avalia o potencial de contribuição para o turismo e o compromisso com a conservação do espaço.

<b>Subcritério</b>	<b>Pontuação Máxima</b>	<b>Descrição</b>
4.1 Estratégia de Promoção	10	Detalhamento das ações de marketing para atrair visitantes e promover Botucatu como destino de esportes náuticos.
4.2 Plano de Manutenção da Casa Redonda	5	Detalhamento das rotinas de manutenção preventiva e corretiva da edificação (Casa Redonda), incluindo instalações e limpeza.

#### **4. PONTUAÇÃO DETALHADA**

A pontuação será atribuída pela Comissão de Avaliação conforme a tabela a seguir:

<b>Pontuação</b>	<b>Descrição da Proposta</b>
Excelente (90-100 pontos)	Proposta que supera todas as exigências, com alto investimento em segurança e equipamentos, e plano de promoção turística inovador.
Muito Boa (80-89 pontos)	Proposta que atende a todas as exigências com qualidade, apresentando bom investimento e plano de segurança robusto.

Boa (70-79 pontos)	Proposta que atende aos requisitos mínimos de segurança e investimento, com plano de promoção satisfatório.
Insuficiente (Abaixo de 70)	Proposta que não atinge a pontuação mínima, com falhas graves em segurança ou investimento.

---

## **NORMAS DE SEGURANÇA NÁUTICA (Caiaque e Stand Up Paddle)**

Com base na pesquisa, as principais normas de segurança a serem observadas e exigidas do concessionário, em conformidade com a Autoridade Marítima (Marinha do Brasil - NORMAM-03/DPC), são:

### **1. OBRIGATORIEDADE DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA**

- **Colete Salva-Vidas:** O uso de colete salva-vidas (Classe III para águas interiores) é obrigatório para todos os usuários dos equipamentos (caiaques, stand up paddles), exceto para pranchas de surf e windsurf. O concessionário deve fornecer coletes em número suficiente e em bom estado de conservação.
- **Demais equipamentos:** O concessionário deve fornecer equipamentos de segurança e de instrução adequados para a prática.

### **2. CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO**

- **Avaliação das Condições:** O concessionário deve avaliar as condições climáticas, correntes e do corpo d'água antes de liberar o uso dos equipamentos. Em caso de condições adversas (chuva forte, ventos excessivos, etc.), o uso deve ser suspenso.
- **Área de Navegação:** Deve ser delimitada uma área segura para a prática, especialmente para iniciantes.
- **Horário de Uso:** O uso deve ser restrito ao período diurno, salvo em eventos específicos e com autorização prévia e equipamentos de iluminação adequados.

### **3. INSTRUÇÃO E CAPACITAÇÃO**

- Instrução Básica: O concessionário deve fornecer instruções básicas de segurança e de uso dos equipamentos aos usuários.
- Noções de Sobrevivência: Recomenda-se que o concessionário tenha pessoal capacitado em noções de sobrevivência e segurança em águas interiores.

### **4. RESPONSABILIDADE DO CONCESSIONÁRIO**

- Manutenção: O concessionário é responsável pela manutenção e conservação dos equipamentos náuticos, garantindo que estejam em perfeitas condições de uso.
- Fiscalização: O concessionário deve fiscalizar o uso dos equipamentos, garantindo o cumprimento das normas de segurança pelos usuários.
- Primeiros Socorros: Deve haver um kit de primeiros socorros e pessoal treinado para atendimento de emergências.

### **5. REFERÊNCIAS LEGAIS**

- NORMAM-03/DPC: Norma da Autoridade Marítima que trata da Habilitação de Amadores, Embarcações de Esporte e/ou Recreio e Cadastro de Embarcações.
- NORMAM-211/DPC: Norma que trata de Vistorias, Perícias e Certificação de Embarcações.

Importante: Embora caiaques e stand up paddles sejam considerados “embarcações miúdas” e, em muitos casos, dispensados de registro e habilitação para uso amador, a responsabilidade pela segurança da operação comercial recai sobre o concessionário. A exigência de colete salva-vidas é inegociável.



**ANEXO I.B**

**CROQUI DA ÁREA**





## PRA FRENTE E PRA TODOS

